



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XII (2011)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Recordando o marinheiro, historiador, homem de cultura e amigo: Max Justo Guedes, contra-almirante da Marinha Brasileira

Jorge Couto

Como Citar | How to Cite

Couto, Jorge. 2011. «Recordando o marinheiro, historiador, homem de cultura e amigo: Max Justo Guedes, contra-almirante da Marinha Brasileira». *Anais de História de Além-Mar* XII: 339-344.
<https://doi.org/10.57759/aham2011.37237>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2011. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2011. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

RECORDANDO O MARINHEIRO, HISTORIADOR, HOMEM DE CULTURA E AMIGO: MAX JUSTO GUEDES, CONTRA-ALMIRANTE DA MARINHA BRASILEIRA

por

JORGE COUTO *

O meu conhecimento dos trabalhos fundamentais da autoria de Max Justo Guedes referentes às navegações à vela no Atlântico Sul ocorreu em 1986. Nesse ano, tive o privilégio de estreitar relações com Luís de Albuquerque, historiador da ciência náutica de reputação internacional, no âmbito do seminário de História da Cultura Renascentista Portuguesa do mestrado em História Moderna da Faculdade de Letras de Lisboa. Já exercia, então, as funções de assistente na referida instituição universitária, leccionando, designadamente, a cadeira de História do Brasil.

No desenrolar dos trabalhos tornámo-nos gradualmente mais próximos, ganhando o hábito de manter, após o término das sessões regulamentares, diálogos centrados fundamentalmente em torno da História do Brasil.

Por essa altura, Luís de Albuquerque designou-me seu colaborador informal de História do Brasil para a elaboração do projecto da *Biblioteca da Expansão Portuguesa* em que se encontrava a trabalhar a pedido das Publicações Alfa. Nas conversas acerca do volume referente aos primeiros textos sobre o Brasil, abordámos, como não podia deixar de ser, a «Carta do Achatamento». Discutimos as edições de Jaime Cortesão (Rio de Janeiro, 1943) e de Manuel Viegas Guerreiro e Eduardo Borges Nunes (Lisboa, 1974), bem como numerosa bibliografia complementar. A certa altura, o Mestre afirmou que as interpretações acerca do assunto teriam de ser avaliadas à luz das investigações desenvolvidas pelo comandante Max Justo Guedes, da Marinha de Guerra Brasileira, um dos grandes especialistas mundiais da Náutica e da Cartografia.

Na sequência desta indicação, dirigi-me à Biblioteca Central de Marinha, integrada no complexo do Mosteiro dos Jerónimos, onde encontrei a mais vasta coleção de livros e artigos da autoria do reputado historiador brasi-

* Universidade de Lisboa.

leiro. Analisei, com grande curiosidade e proveito, o seu primeiro trabalho disponível, *O Descobrimento do Brasil*, concluído em agosto de 1961, mas somente publicado em 1966, no Rio de Janeiro, pela Direção de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil. Tratava-se de um livro de estreia, mas que já revelava um aprofundado conhecimento de todas as fontes publicadas sobre o assunto, em diversas línguas. A sua análise penetrante, em alguns aspetos heterodoxa relativamente às posições de consagrados historiadores portugueses e brasileiros, trazia a frescura de quem cotejava, a par e passo, as informações propiciadas pelos documentos e descrições dos cronistas, bem como as interpretações dos eruditos, com um profundo conhecimento das correntes e dos ventos do hemisfério austral que, na sua absoluta supremacia até ao aparecimento dos navios a vapor, condicionavam de forma totalmente imperativa a navegação dos veleiros.

Menciono apenas mais uma obra que me impressionou pelo rigor e riqueza de informação. Refiro-me à edição do *Roteiro de Todos os Sinais da Costa do Brasil*, precioso códice pertencente à Biblioteca da Ajuda, cuja autoria é atribuída ao cartógrafo Luís Teixeira [c.1585-1590], publicação comemorativa do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral (Rio de Janeiro, 1968). A introdução, intitulada «A Literatura Náutica Portuguesa» – que revela um profundo conhecimento da matéria desde a Antiguidade aos séculos XVI e XVII –, a transcrição, o comentário e o índice vocabular são enriquecidos com reproduções de cartas náuticas brasileiras e norte-americanas da segunda metade do século passado correspondentes aos trechos da costa abrangidos pelo códice (desde Olinda e do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até ao estreito de Fernão de Magalhães, na atual República Argentina).

O tomo I do primeiro volume da *História Naval Brasileira*, publicado no Rio de Janeiro em 1975 e coordenado pelo então vice-diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha (SDGM), capitão de mar e guerra Max Justo Guedes, constituiu uma revelação pela estrutura do plano, pela diversidade das temáticas e pela qualidade dos autores, sobretudo luso-brasileiros. O capítulo «O condicionalismo físico do Atlântico e a navegação à vela» (pp. 117-137), bem como os numerosos mapas que o ilustram, atestam a importância vital do conhecimento dos ventos e correntes que dominam a navegação nas diferentes épocas do ano, tornando obsoletas as análises das viagens marítimas efetuadas apenas com base em relatos, sem levar em conta aqueles fatores decisivos dos quais as mesmas dependem.

Em 1988, verificou-se uma profunda reestruturação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), que passou a ser presidida por Vasco Graça Moura, e da qual resultou, designadamente, a criação de uma Comissão Científica de que Luís de Albuquerque foi nomeado presidente. Os membros portugueses que escolheu para seus colaboradores foram António Luís Ferronha, Luís Adão da Fonseca, Luís Ferrand de Almeida, Luís Filipe Thomaz, Maria Augusta Lima Cruz e eu

próprio. De entre os estrangeiros, avultavam W. G. L. Randles, Demetrio Ramos Pérez e Max Justo Guedes, já então diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha (1986) e Presidente da Comissão Internacional para a História da Náutica e da Hidrografia (1987). As reuniões conjuntas entre os conselheiros nacionais e estrangeiros permitiram-me, no caso vertente, conhecer pessoalmente Max Justo Guedes, com quem estabeleci, desde logo, profícuos contactos.

A afabilidade, a capacidade de comunicação e o entusiasmo do historiador brasileiro, bem como a paixão comum pelas viagens marítimas no Atlântico austral propiciaram a realização de longos e animados debates sobre todos os aspectos relacionados com o reconhecimento do litoral brasileiro nos últimos anos do século xv e no século xvi. Num ambiente informal, o comandante Max, como era carinhosamente tratado por todos os que com ele privavam, aceitava, com a maior naturalidade, as questões que historiadores mais jovens, por ele incentivados, suscitavam relativamente aos fundamentos das suas interpretações mais arrojadas.

Recordo a sua satisfação aquando do lançamento da 2.^a edição do seu livro *O Descobrimento do Brasil*, prefaciado por Luís de Albuquerque e publicado pela Vega na sua coleção *Documenta Histórica*, sessão que decorreu em Lisboa a 12 de outubro de 1989. Fui, então, intimado, sempre que me deslocasse ao Rio de Janeiro, a visitá-lo no seu quartel-general, o Serviço de Documentação Geral da Marinha, instalado na ilha das Cobras, na baía da Guanabara.

A oportunidade surgiria decorrido um mês. Tinha planeado uma ida ao Rio e ao Recife de modo a pesquisar em arquivos e bibliotecas documentação destinada ao meu trabalho académico. Visitei, então, a prestigiada instituição a que Max Justo Guedes já dedicara tantos anos do seu entusiástico labor. Fiquei maravilhado com o esplendor da paisagem, a beleza do edifício, o seu impecável estado de conservação, o bom gosto e a sobriedade da decoração, a gentileza dos seus colaboradores e, sobretudo, a riqueza do seu acervo em manuscritos, livros, mapas, instrumentos de navegação e objetos históricos. Tudo a funcionar sem quaisquer sobressaltos sob a batuta paternal do seu diretor. Enfim, um ambiente ideal para estudo e reflexão. Reveladora a decisão de Max de mandar plantar no jardim junto à entrada principal do edifício uma árvore de pau-brasil e pés de cana-de-açúcar e de cafeeiro, três espécies botânicas que tiveram uma importância marcante na evolução económica do Brasil.

Tornei-me visitante e leitor regular do SGDM. O amigo Max, sempre gentil, nunca deixava de me convidar para o almoço na Messe da Base Naval do Rio de Janeiro, tendo eu, assim, travado conhecimento com muitos oficiais de diversas patentes, de almirante a capitão-tenente. As deslocções frequentes ao SGDM conferiram-me o estatuto informal de amigo da Instituição. Fornecia indicações sobre novidades bibliográficas portuguesas, enviava informações sobre espécies a leiloar em Lisboa e transportava

as últimas obras publicadas por colegas e amigos. A amizade de Max Justo Guedes levou-o a conceder-me, no início da década de noventa, o diploma e a medalha de Colaborador Emérito dos Serviços do Património Histórico e Cultural da Marinha Brasileira.

Na sequência das longas conversas que fomos mantendo sobretudo em Lisboa e no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades, Max Justo Guedes teve a generosidade de me facultar fotocópia de um trabalho inédito em que relatava a experiência que realizara em 1979 num helicóptero da Marinha Brasileira, voando à altura provável do cesto da gávea de uma nau cabralina, munido da *Carta do Achamento*, de modo a determinar o ângulo de avistamento dos diversos acidentes geográficos, em particular do Monte Pascoal. A sua conclusão foi a de que a descrição de Pero Vaz de Caminha somente poderia ter sido efetuada do quadrante sueste, o que provava, nas suas palavras, que a busca de terra fora «proposital, intencional». Autorizou-me, generosamente, a utilizar o seu trabalho, antes mesmo de ele próprio o ter publicado, na redação do meu livro *A Construção do Brasil*.

Em 1994, participámos no Congresso *El Tratado de Tordesillas y su Época*, comemorativo do V Centenário da sua assinatura, que decorreu em Setúbal, Salamanca e Tordesilhas de 2 a 6 de junho. Apresentámos as comunicações «O Descobrimento do Brasil e o Tratado de Tordesilhas» (M.J.G.) e «O Tratado de Limites de 1750 na perspectiva portuguesa» (J.C.), ambas publicadas no tomo III das respetivas atas (1995). Este encontro tornou-se uma excelente oportunidade para, durante vários dias, discutirmos com detalhe o papel dos tratados como um dos fatores importantes na delimitação das fronteiras do Brasil.

A criação, em 1996, da Comissão Mista Luso-Brasileira para a Comemoração do V Centenário do Descobrimento do Brasil permitiu, por feliz coincidência, que ambos tivéssemos sido nomeados pelos nossos governos para a integrar, circunstância que permitiu, dada a nossa proximidade, facilitar contatos e limar algumas arestas.

Em finais desse mesmo ano, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, então presidida por António Manuel Hespanha, decidiu editar um livro de autoria luso-brasileira, profusamente ilustrado, sobre o descobrimento do Brasil, destinado ao grande público, com edição em larga escala. Max Justo Guedes era uma autoridade consagrada na matéria e eu havia publicado, em 1995, *A Construção do Brasil*, obra que continha um longo capítulo referente à temática do Achamento. A escolha recaiu sobre nós, que aliávamos as vantagens adicionais de trabalharmos bem em conjunto e de sermos amigos.

Atendendo à impossibilidade de Max vir a Lisboa, nesse período, devido aos seus inúmeros compromissos oficiais, a CNCDP propôs que eu próprio aproveitasse a semana de férias do Carnaval para me deslocar ao Rio de Janeiro, onde escreveríamos a referida obra. Aceitámos a proposta e fiquei alojado no Hotel de Trânsito do Comando do 1.º Distrito Naval (Rio de Janeiro), de 8 a 17 de fevereiro de 1997.

Combinámos a rotina a cumprir, independentemente de feriados e fins-de-semana. O comandante ir-me-ia buscar todos os dias ao hotel, situado na Lagoa Rodrigues de Freitas, e transportar-me-ia para a sua residência, onde dispunha de uma valiosa biblioteca-museu, especializada sobretudo em temas náuticos. Trabalharíamos até às treze horas, ocasião em que tomaríamos uma refeição ligeira. Regressaríamos à escrita até às dezasseis horas, altura em que Dona Laís, de uma gentileza inexcelável, nos prepararia um lanche, terminando a sessão conjunta por volta das dezanove horas, lá tendo Max de me transportar novamente do Leblon para o Hotel de Marinha. Após o jantar, procederíamos à revisão individual do trabalho produzido e apresentaríamos as nossas dúvidas e objeções no início da sessão da manhã seguinte. Foi um método de trabalho que funcionou na perfeição e que nos permitiu concluir o texto no prazo previsto. Não deverei estar muito longe da realidade, se afirmar que Max e eu fomos das raras pessoas com saúde no Rio de Janeiro que, em plena semana de Carnaval, não vimos uma única escola de samba, nem sequer na televisão, tão embrenhados estávamos no cumprimento da nossa missão.

O trabalho foi dividido em duas partes, mas sempre com a intervenção, os comentários e as sugestões de ambos. Para facilitar a tarefa, redigia-o no meu computador portátil e efetuávamos interrupções sempre que havia que recorrer à bibliografia para tirar uma dúvida, conferir uma data ou verificar uma determinada interpretação. Foram relativamente poucos os livros a que tivemos de recorrer na Biblioteca do SGDM. A primeira parte, do «Mar Oceano: O Grande Desconhecido até à Descoberta da Terra de Vera Cruz» foi, fundamentalmente, da responsabilidade de Max Justo Guedes, enquanto a segunda, de «Os Senhores da Terra» até «Uma Primitiva Representação do Índio na Arte Portuguesa» foi essencialmente da minha lavra. No entanto, a redação da totalidade do texto foi da responsabilidade de ambos. Procedemos, ainda, a uma seleção das ilustrações e à indicação de locais que deveriam ser fotografados de modo a ilustrar adequadamente o livro, tendo a tarefa sido cometida à agência fotográfica Tyba.

Tratou-se de uma experiência inolvidável: escrever um livro a quatro mãos num processo de perfeito entendimento, apesar do tempo que despendemos a procurar interpretações e formulações que pudessem ser subscritas pelos dois sem quaisquer reservas. Os pontos em que não chegámos a acordo foram eliminados, ficando cada um com a liberdade de os expressar individualmente. Revimo-nos, assim, em absoluto, no texto final.

Regressei a Lisboa com a tarefa cumprida, tendo a CNCDP confiado ao ateliê de Nuno Vale Cardoso a concepção gráfica. Às suas colaboradoras Maria Teixeira Simões e Maria Cecília Cameira foram cometidas as tarefas de recolher as ilustrações, bem como de coordenar a edição.

O *Descobrimento do Brasil* foi editado em 1998. Foi, também, aproveitado para dar origem a uma exposição de 23 cartazes de grandes dimensões (98×66 cm), complementada com uma versão em inglês. Por iniciativa

da Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaka, o livro foi traduzido pelo professor Akihiko Azuma, sendo objeto de uma edição em japonês no ano 2000.

Promovido a contra-almirante, por merecimento, a 25 de março de 1998, Max Justo Guedes teve a generosidade de sugerir ao Ministro da Marinha que desencadeasse os procedimentos necessários à atribuição ao signatário deste texto da Ordem de Mérito Naval, no grau de Oficial, facto que se concretizou através de decreto de 8 de maio de 1998 do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

A obra e a personalidade ímpares do almirante Max Justo Guedes, a profunda amizade que dedicava a Portugal e os estreitos laços de colaboração científica e académica que mantinha com instituições científicas e universitárias nacionais justificaram plenamente a proposta, profusamente documentada, que, na qualidade de Presidente do Instituto Camões, endeecei ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama, no sentido de propor ao Presidente da República Jorge Sampaio que o agraciasse com a Ordem Militar de Cristo. O Chefe de Estado português condecorou pessoalmente, no grau de Grande Oficial, o contra-almirante Max Justo Guedes no ano da celebração do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Após o ano 2000, os percursos profissionais impediram-nos de manter o estreito contacto que mantivéramos ao longo da década de noventa. Continuámos a encontrarmo-nos sempre que visitávamos as cidades em que residíamos, a profunda admiração que por ele nutria permaneceu bem viva, a amizade manteve-se perene, mas o peso absorvente das funções que exercíamos retiraram-nos disponibilidade para prosseguirmos na mesma senda da investigação e da discussão franca e amiga em torno dos temas que nos eram tão caros.

Em março de 2008, por ocasião do Bicentenário da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, ainda convivemos em duas ocasiões. Na primeira, ele deu-me a honra de se deslocar ao Museu Histórico Nacional para assistir a uma palestra que proferi sobre o evento que se celebrava; noutra ocasião, participámos na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorativa da efeméride. A última vez que com ele conversei foi em setembro de 2010, quando se encontrava já muito debilitado, facto que me impressionou profundamente. Apesar da doença que o consumia e à custa de um grande esforço, honrou-me com a sua presença na sessão de lançamento do livro que coordenei – intitulado *Rio de Janeiro: Capital do Império Português (1808-1821)* –, realizada no Real Gabinete Português de Leitura. Foi, naturalmente, com profunda mágoa que tomei conhecimento do seu falecimento.

O presente texto – solicitado como um testemunho pessoal do meu relacionamento com Max Justo Guedes – constitui uma singela homenagem a uma personalidade excecional, a um marinheiro exemplar, a um historiador de craveira internacional, a um homem de cultura de cariz renascentista e a um amigo fraterno.